

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

DEISE JANE SILVA DE ANDRADE

**OS ECO-PROGRAMAS DA TELEVISÃO BRASILEIRA E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A FOMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

DEISE JANE SILVA DE ANDRADE



**OS ECO-PROGRAMAS DA TELEVISÃO BRASILEIRA E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A FOMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios - Polo UAB do Município de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof. Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes

MEDIANEIRA

2014



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Ambiental em Municípios



TERMO DE APROVAÇÃO

Os Eco-Programas da Televisão Brasileira e sua Contribuição para a fomentação da
Educação Ambiental

Por

Deise Jane Silva de Andrade

Esta monografia foi apresentada às 17h30min do dia **25 de abril de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios - Pólo de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira

Especialista Yuka Kamila de Oliveira Fujiki
Tutora Presencial Polo de Mata de São João, BA

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.-

Dedico este trabalho aos colegas (fundadores, funcionários e voluntários) do Parque das Dunas de Salvador, que consiste no maior manancial de dunas, restingas e lagoas, preservado em área urbana do País.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, Dinaldo Xavier e Julieta Andrade, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida. Também ao meu irmão Marcos Deives, a Tia Francisca e ao meu amigo e companheiro Josenilson.

A minha orientadora professora Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“É melhor atirar-se à luta em busca de dias melhores, mesmo correndo o risco de perder tudo, do que permanecer estático, como os pobres de espírito, que não lutam, mas também não vencem que não conhecem a dor da derrota, nem a glória de ressurgir dos escombros. Esses pobres de espírito, ao final de sua jornada na Terra não agradecem a Deus por terem vivido, mas desculpam-se perante Ele, por terem apenas passado pela vida”. (BOB MARLEY).

RESUMO

ANDRADE, Deise Jane Silva de. Os Eco-Programas da Televisão Brasileira e sua Contribuição para a Fomentação da Educação Ambiental. 2014. 59f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

As políticas públicas para Educação Ambiental destacam a contribuição essencial dos meios de comunicação de massa. A Lei Federal 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, prevê a todos o direito a educação ambiental, cabendo aos veículos de comunicação colaborar na disseminação de informação e práticas educativas sobre o meio ambiente e incorporando a dimensão ambiental em sua programação. Sendo assim, o presente trabalho procura analisar o potencial dos veículos de comunicação, em especial os programas de televisão - a que chamo de Eco-Programas, na difusão e fomentação da educação ambiental. Ou seja, este trabalho faz uma análise da Educação Ambiental sob a perspectiva da comunicação ambiental no mundo globalizado.

Palavras-chave: Comunicação. Educação Ambiental. Eco-Programas

ABSTRACT

ANDRADE, Deise Jane Silva de. The Eco-Programs In Brazilian television and their contribution to the building Of Environmental Education. 2014. 59f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

Public Policies for Environmental Education highlight the essential contribution of the mass media. The Federal Law 9,795 /99, establishing the National Policy for Environmental Education, provides for the right of all the environmental education, which is responsible for communication vehicles cooperate in the dissemination of information and educative practices on the environment and incorporating the environmental dimension into their programming. Thus, the present study seeks to analyze the potential of communication vehicles, in particular the TV programs - which I call Eco-Programs -, in the dissemination and promotion of environmental education. In other words, this work is an analysis of Environmental Education from the perspective of environmental communication in a globalized world.

Keywords: Communication. Environmental Education. Eco-Programas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico Pesquisa Ibope Media, 2012. Como se Comporta a População Brasileira, Diante da Questão da Sustentabilidade.	36
Figura 2 – Gráfico da Pesquisou Paulista 900 sobre os Principais Programas sobre o Meio Ambiente das Televisões Abertas e Fechadas.....	46
Figura 3 – Dados de Mídia– PNT - Globo Ecologia.....	48
Figura 4 – Dados de Mídia– PNT – Globo Rural Diário.....	49
Figura 5 – Dados de Mídia– PNT - Globo Rural Dominical.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisa do IBOPE Média, 2012.....	37
Tabela 2 – Pesquisa do IBOPE Média 2012. Meios Consumidos.....	37
Tabela 3 – Pesquisa do IBOPE Média 2012. Quantidade de Meios Consumidos.....	38
Tabela 4 – Pesquisa do IBOPE Média 2012. Preferência de Conteúdo.....	39
Tabela 5 – Pesquisa do IBOPE Média 2012. Atenção Prestada na Publicidade.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	13
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	14
3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	14
3.1.1 Educação Ambiental - Conceito.....	14
3.1.2 Princípios da Educação Ambiental.....	16
3.1.3 Um breve histórico da Educação Ambiental.....	17
3.1.4 Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).....	19
3.1.5 Educação Ambiental Além das Instituições de Ensino Tradicionais.....	20
3.2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: ECO-92.....	22
3.2.1 Rio + 10 e Rio +20.....	24
3.3 MÍDIA, JORNALISMO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE	27
3.3.1 O Poder da Mídia	27
3.3.2 Jornalismo Ambiental.....	28
3.3.2.1 Jornalismo ambiental ganha força.....	29
3.3.2.2 Um Breve histórico sobre jornalismo ambiental.....	31
3.4 COMUNICAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	32
3.4.1 Política Nacional de Comunicação Ambiental.....	33
3.4.2 A Educomunicação Ambiental.....	34
3.4.3. Meios De Comunicação Influenciam em Atitudes Positivas para o Meio Ambiente.....	35
3.5 A TELEVISÃO BRASILEIRA E OS ECO-PROGRAMAS	40
3.5.1 O Papel da Televisão na Sociedade.....	40
3.5.2 Um Breve Histórico da TV.....	42
3.5.3 A Origem da Transmissão da Televisão no Brasil.....	43
3.5.4 Os Eco Programas da TV Brasileira.....	45
3.5.4.1 Globo ecologia.....	46
3.5.4.2 Programa globo rural.....	48
3.5.4.3 Repórter eco.....	50
3.5.4.4 Planeta terra.....	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental é tida como um conjunto de temática relativa não só à proteção da vida no planeta, mas também à melhoria da vida no meio ambiente e da qualidade de vida da humanidade. Neste sentido Até que ponto as ações das mídias eletrônicas causam impactos e promovem mudanças de pensamentos na sociedade brasileira, e no seu relacionamento com a natureza e com o meio ambiente?

No entanto, a questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar.

Atualmente a humanidade está vivendo um momento desafiador mediante a intensificação das crises ambientais. À questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas que não gere tantas desigualdades e que garantam a sustentabilidade ecológica. Por este motivo, temas como preservação do meio ambiente, ecologia, sustentabilidade, utilização de material reciclável, fontes renováveis de energia, descarte do lixo e demais assuntos relacionados, tem ganhado cada vez mais visibilidade nos meios de comunicação de massa, em especial nas mídias eletrônica como a televisão.

Tais meios desempenham papel primordial para a fomentação da Educação Ambiental, pois são principais fontes de informação para expressiva camada da sociedade brasileira, consolidando-se como um fator decisivo nos processos de formação de opinião sobre a problemática ambiental. Segundo pesquisa do IBGE (2008), cerca de 175 milhões de pessoas (92,4%) com 14 anos ou mais procuram a TV como fonte de entretenimento. Estes dados fazem-se crer no potencial dos programas televisivos que abordam temáticas ambientais, tornando-se fortes aliados da difusão e fomentação da Educação Ambiental.

Graças a esses programas, as temáticas ambientais têm chegado ao conhecimento, de segmentos da sociedade que nunca tinham tido acesso ao tema,

uma vez que estas informações circulavam basicamente em espaços restritos como a comunidade científica e técnica, seminários, palestras e publicações especializadas. Os Eco-Programas – nome dado aos programas televisivos que abordam temáticas ambientais – rompem as barreiras entre o meio de elite e de massas, atuando como instrumento difusor de mensagens de grande potencial a todos os indivíduos da sociedade, consolidando-se, desta forma, um elemento essencial para o alcance de uma visão interdisciplinar do meio ambiente.

A Educação Ambiental por sua vez oferece instrumentos para que as pessoas possam compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Segundo Sato:

A Educação Ambiental contribui significativamente para a melhoria geral da educação devido à sua natureza de tentar implementar soluções efetivas em relação aos problemas ambientais e, conseqüentemente, melhorar as condições de sobrevivência. (SATO, 2004, p. 55)

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este trabalho foi desenvolvido a partir do levantamento de dados teóricos, envolvendo a realização de uma pesquisa bibliográfica voltada para a questão da Comunicação e Educação Ambiental. Trata-se do principal objetivo enfatizar a importância dos Eco-Programas no processo de fomentação da Educação Ambiental no Brasil.

Para a elaboração deste trabalho foi adotada pesquisa do tipo Exploratória, por meio do Estudo do Caso. Os dados foram coletados sempre em consonância com outras fontes, que deram base ao assunto abordado como: pesquisa bibliográfica e análise de documentos.

Por se tratar de uma pesquisa bastante específica, foi necessário um processo de sondagem, com vistas a aprimorar idéias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses.

A análise de dados se deu a partir das anotações feita pelo pesquisador como, a descrição dos sujeitos e a situação observada. Na análise através de documentos foi feita a partir de dados estatísticos provenientes de pesquisas já existente.

Diante dos resultados obtidos, foi possível perceber a importância dos veículos de comunicação, em especial a televisão para a difusão das questões ambientais.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.1.1 Educação Ambiental - Conceito

Os problemas ambientais como o aquecimento global, o esgotamento da camada de ozônio da estratosfera, a contaminação da água e dos solos, a destruição da cobertura florestal e a extinção de algumas espécies, são consequência do modelo de desenvolvimento atual, desigual, e esgotante dos recursos naturais do último século. Neste contexto, a Educação Ambiental (EA) surge como resposta à preocupação da sociedade com o futuro do planeta.

Segundo Guimarães:

Pela gravidade da situação ambiental em todo o mundo, assim como no Brasil, já se tornou categórica a necessidade de implementar a EA para as novas gerações em idade de formação de valores e atitudes, como também para a população em geral, pela emergência da situação em que nos encontramos. (GUIMARÃES, 2007, p. 15).

Preocupados com o futuro do planeta, organizações não governamentais e até mesmo a sociedade civil passaram a exercer pressões políticas para alertar os líderes políticos e as comunidades sobre a necessidade de proteger o mundo e colocar em prática uma educação voltada para as questões ambientais. Segundo Guimarães (2000, p. 31) a Educação Ambiental “aponta para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental”.

Diante desse contexto, a Educação Ambiental é percebida como uma importante ferramenta para a construção de uma sociedade que preze pela sustentabilidade, de modo a modificar o atual panorama de crise e de risco ambiental.

[...] a EA tem o importante papel de fomentar a percepção da necessária integração do ser humano com o meio ambiente. Uma relação harmoniosa, consciente do equilíbrio dinâmico na natureza, possibilitando, por meio de

novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta (GUIMARÃES, 2007, p. 15).

No Brasil, a Educação Ambiental tornou-se Lei em 27 de Abril de 1999, referida pelo N° 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. No art 1º da Lei, a Educação Ambiental está definida como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p).

Já para a UNESCO a Educação Ambiental é:

Um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).

No Capítulo 36 da Agenda 21, a Educação Ambiental consiste num processo que busca:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...]. (MMA, 2014).

O processo educativo proposto pela EA objetiva à formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica e consciente. Pretende-se desenvolver nas pessoas conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente.

[...] a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. (PORTAL MEC, 2014).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

A Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis e de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto. (PCNs, 1997: p. 24)

O caráter humanista, holístico, interdisciplinar e participativo da Educação Ambiental contribui para a fomentação das:

sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas para uma leitura do mundo do ponto de vista ambiental. Dessa forma, estabelece-se como mediação para múltiplas compreensões da experiência do indivíduo e dos coletivos sociais em suas relações com o ambiente. Esse processo de aprendizagem, por via dessa perspectiva de leitura, dá-se particularmente pela ação do educador como intérprete dos nexos entre sociedade e ambiente e da EA como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo (CARVALHO, 2004).

Neste sentido, conclui-se que a Educação Ambiental busca a formação de cidadãos conscientes do seu papel na preservação do meio ambiente, e aptos a tomar decisões sobre questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

Para Sato

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento das habilidades e modificadas as atitudes em relação ao meio para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (SATO, 2003. p. 22)

3.1.2 Princípios da Educação Ambiental

Como dito anteriormente, a Educação Ambiental é responsável pela sensibilização e capacitação da população a respeito dos problemas ambientais. Com ela, busca-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, são princípios da Educação Ambiental:

[...] enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; garantia de continuidade e permanência do processo educativo; permanente avaliação crítica do processo educativo; abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultura. (BRASIL, 1999, artigo 4º).

Dentre os objetivos que a Política Nacional de Educação Ambiental fundamenta no artigo 5º, estão:

o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; a garantia de democratização das informações ambientais; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999, artigo 5º).

A Educação Ambiental deve buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando as pessoas a analisar criticamente o princípio antropocêntrico, que tem levado à destruição inseqüente dos recursos naturais e de várias espécies.

3.1.3 Um Breve Histórico da Educação Ambiental

Até a década de 1950 praticamente não havia preocupação com os efeitos ambientais da industrialização. É a partir de 1952, com os advenços dos grandes

impactos da Revolução Industrial, que uma maior sensibilização coletiva sobre os problemas ambientais ocorrerá, desencadeando “[...] uma série de discussões em outros países, catalisando o surgimento do ambientalismo nos Estados Unidos a partir de 1960”. (DIAS, 1991, p.77).

O primeiro grande impacto da Revolução Industrial deu-se em 1952. Os níveis insustentáveis da poluição atmosférica provocaram morte de milhares de pessoas em Londres (CZAPSKI, 1998). O mesmo aconteceu em Nova York no período de 1952 a 1960. Outro país a sofrer com os impactos da Revolução foi o Japão. Em 1953, a cidade de Minamata sofreu com danos da poluição industrial por mercúrio, que resultou na intoxicação da população local. Alguns anos depois, a poluição por mercúrio vitimará os moradores da cidade de Niigata, também no Japão (CZAPSKI, 1998).

Segundo Dias (1992. p.399), o termo Educação Ambiental surge pela primeira vez em 1965, na Conferência em Educação Ambiental, da Universidade de Keele, na Grã Bretanha. Nesta ocasião o termo ainda estava associado como ecologia aplicada, contudo foi atestada a sua importância como parte essencial da educação de todos os cidadãos.

O processo de implantação e desenvolvimento da Educação Ambiental se deu através de congressos e conferências internacionais ocorridos a partir da década de 70. Segundo Sato (2004, p.23) a primeira definição internacional da Educação Ambiental é adotada, em 1971, pela International Union for the Conservation of Nature, contudo o termo estava essencialmente ligado à questão da preservação de ambientes naturais e dos seus sistemas de vida.

Somente a partir de 1972, “o homem é considerado essencial no processo de conservação ambiental e a Educação Ambiental passa a ser compreendida de forma mais abrangente” (SATO, 2004, p.17). Este novo ponto de vista a respeito da Educação Ambiental surge na Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, Suécia. No evento, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Muitos outros congressos e conferências com temas ambientais foram realizados, e documentos nacionais e internacionais a respeito da Educação Ambiental foram elaborados, vejamos alguns: em 1974 foi realizado o Seminário de Educação Ambiental, sediado em Jamir, na Finlândia; O Programa Internacional de Educação Ambiental, instituído Encontro de Belgrado (atual Sérvia), realizado em

1975, resultou na Carta de Belgrado; A I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, no ano de 1977, pela UNESCO com a colaboração do PNUMA, foi considerada o ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental, estabelecido em 1972. Nessa Conferência foi estabelecida a natureza da Educação Ambiental e definidos seus princípios, objetivos, características, bem como as estratégias a serem adotadas para sua efetivação. Também vale lembrar-se do II Congresso Internacional de Treinamento e Educação Ambiental, realizada em Moscou, em 1987.

3.1.4 Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)

Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) é resultado de um processo que envolveu as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental, as Redes de Educação Ambiental além da participação de cerca de 800 educadores ambientais, que resultou no seu texto final em 2004. Este programa tem por objetivo promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Como diretrizes do Programa, são definidas as seguintes: transversalidade e interdisciplinaridade; descentralização espacial e institucional; sustentabilidade sócio-ambiental; democracia e participação social; aperfeiçoamento e fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental. (BRASIL/ProNEA, 2005).

O ProNEA define um conjunto de objetivos que, em função do desenvolvimento sustentável, devem ser considerados:

- 1) Promover a incorporação da educação ambiental na formulação e execução de atividades passíveis de licenciamento ambiental;
- 2) Estimular as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas a desenvolverem programas destinados à capacitação de trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o meio ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;
- 3) Criar espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias

sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais;

4) Estimular e apoiar pesquisas, nas diversas áreas científicas, que auxiliem o desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas, fomentando a integração entre educação ambiental, ciência e tecnologia;

5) Incentivar iniciativas que valorizem a relação entre cultura, memória e paisagem – sob a perspectiva da biofilia -, assim como a interação entre os saberes tradicionais e populares e os conhecimentos técnicos e científicos;

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa compartilha a missão de Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sintonia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo.

Vale ressaltar que o ProNEA (2005): “é um programa de âmbito nacional, o que não significa que a sua implementação seja de competência exclusiva do poder público federal, ao contrário, todos os segmentos sociais e esferas de governo são corresponsáveis pela sua aplicação, execução, monitoramento e avaliação”.

O ProNEA foi criado em 1994, pelo governo federal, porém, é apenas através da criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em 1999, que esta institucionalização se consolida. A PNEA foi regulamentada em 2002 pelo decreto 4.281/02, tendo sido definido, nesse momento, o Órgão Gestor de EA, representado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC). Em 2003 o ProNEA (1ª edição) foi reformulado, e em 2004 passou por uma consulta pública (2a. edição); em 2005 foi publicada sua 3ª versão (versão final).

3.1.5 Educação Ambiental Além das Instituições de Ensino Tradicionais

A construção dos valores ambientais está atrelados diferentes meio e formas educativas, que passam pela conscientização ambiental através dos meios de comunicação de massa, até a concepção de uma educação ambiental formal educativa que permeia as instituições tradicionais de ensino. Sendo assim, a

discussão acerca da temática educação ambiental precisa ser adotada como prática rotineira em todos os níveis do conhecimento. Segundo Guimarães:

Pela gravidade da situação ambiental em todo o mundo, assim como no Brasil, já se tornou categórica a necessidade de implementar a EA para as novas gerações em idade de formação de valores e atitudes, como também para a população em geral, pela emergência da situação em que nos encontramos. (GUIMARÃES, 2007a, p. 15)

A Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (9.795/99) defende a democratização das informações ambientais, partindo do princípio que todas as pessoas devem ter oportunidade de acesso às informações e que lhes permitam participar ativamente na busca de soluções para as problemáticas ambientais. Ainda de acordo com a Lei, a Educação Ambiental deve estar além da escola e dos métodos tradicionais de ensino, estendida à responsabilidade de ação de toda a sociedade, de modo a conscientizar, fomentar o conhecimento, estudos técnicos, atitudes, ações, aptidões de participação e transformação (BRASIL, 1999).

Do ponto de vista didático, a Educação Ambiental divide-se em duas categorias básicas, a formal e não formal. Conforme descrito no artigo 2º, da Política Nacional de Educação Ambiental: “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental formal é de responsabilidade das instituições de ensino. Ela envolve estudantes em geral, desde a educação infantil até o ensino fundamental, médio e universitário, além de professores e demais profissionais envolvidos em cursos de treinamento em Educação Ambiental. Já a educação não formal está vinculada a ações e práticas educativas, que visam sensibilizar e conscientizar a coletividade e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. A Educação não formal caracteriza - se por sua realização fora da escola, envolvendo flexibilidade de métodos e de conteúdos e um público alvo muito variável em suas características: faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento relacionado à questão ambiental.

No artigo 3º fica claro que todos têm o direito à Educação Ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; (...).

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental, também tem sido incorporada como componente importante em ações de diversas áreas como, por exemplo: saúde, direitos sociais, gestão ambiental em unidades de conservação e setor industrial, dentre outras. Assim como, Cresceu o número de pesquisas e pesquisadores, em várias áreas da ciência (Ex. Geografia, Pedagogia, Biologia, Sociologia), que tem se referido e se dedicado a projetos de Educação Ambiental.

Percebe-se que no século XXI, que muitos países têm demonstrado interesse na fomentação da Educação Ambiental, seja pela percepção cada vez maior de seu importante papel preventivo para alguns problemas ambientais, ou seja, pelas exigências de organismos internacionais no sentido da instauração de políticas conservacionistas em que se inclui a Educação Ambiental. Nestes últimos anos, instituições públicas e privadas vêm demonstrando interesse crescente em fomentar a Educação Ambiental.

3.2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: ECO-92

Com o objetivo de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra, Organização das Nações Unidas (ONU), realizou em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada na Cidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra. A reunião aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo - Suécia, considerada o principal evento a dar início, em caráter internacional, ao movimento ecológico que conhecemos ainda hoje.

Eco 92 ajudou a popularizar as questões ambientais no Brasil e em diversos países, conscientizando as nações ricas a ajudarem os países em desenvolvimento na implementação de uma economia sustentável. Estiveram na Conferência diversos Chefes de Estado, Ministros e outras altas personalidades dos países membros, cerca de 150 delegações estrangeiras e mais de 3000 participantes, entre técnicos, cientistas e jornalistas e teve a duração de duas semanas.

A partir da idéia do desenvolvimento sustentável, foco da Eco 92, foram elaborados os seguintes documentos oficiais: A Carta da Terra; as três convenções – biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas; uma declaração de princípios sobre florestas, a declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento e a Agenda 21 (sugerindo que cada país elabore seu plano de preservação do meio ambiente).

A “Carta da Terra” apresenta uma série de princípios relacionados ao respeito ao meio ambiente, à integridade ecológica, contemplando também a justiça sócio-econômica e a paz, no intuito de se alcançar uma melhor qualidade de vida para todos. Além da Carta da Terra também foi elaborado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

No tratado foram estabelecidos 16 parágrafos nos quais alegava que a Educação é um direito de todos, devendo ter como base um princípio crítico e inovador, além de possuir uma visão holística tratando de questões globais sem desmerecer nenhum dos povos. Deve também valorizar as formas de conhecimento, planejar e capacitar as pessoas para a Educação Ambiental, cooperar o diálogo entre indivíduos e instituições. Como plano de ação, o Tratado estabeleceu 22 parágrafos e entre suas principais diretrizes de ação, destaca-se: O incentivo a produção de conhecimento; a instituições que tenham compromisso com a sustentabilidade; cooperar com ONGs e Governos a questões ambientais e mobilizar organizações e movimentos sociais na melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

Outro documento muito importante assinado durante o evento foi a Agenda 21, que se trata de um plano de ação e metas com 2.500 recomendações sobre como atingir o desenvolvimento sustentável. Segundo esse documento, a conservação ambiental do planeta não pode ser alcançada sem a erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais.

Entre os objetivos da Agenda 21, destacam-se:

- A universalização do saneamento básico e do ensino;

- Maior participação das ONGs, dos sindicatos e dos trabalhadores na vida da sociedade;
- O planejamento e o uso sustentado dos recursos do solo, das formações vegetais e dos rios, lagos e oceanos;
- A conservação da biodiversidade.

A ECO-92 resultou no acordo, no qual os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive com a redução dos padrões de consumo, sobre tudo os combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Com essa decisão, a união possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou, superando os conflitos registrados nas reuniões anteriores patrocinadas pela ONU, como na Conferência de Estocolmo.

Eventos, não menos importantes foram realizados em prol da fomentação da Educação Ambiental, muitos deles resultaram na elaboração de documento e tratados: Fórum Global das ONGs – Encontro de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – 1996; Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Thessalonik, Grécia – 1997; I Conferência Nacional de Educação Ambiental, em Brasília – 1997. Declaração de Brasília para a Educação Ambiental; Programa Nacional de Educação Ambiental - 1999. Política Nacional de Educação Ambiental; Agenda 21 Brasileira – 2002; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável / Rio+10 - África do Sul, 2002; Protocolo de Kyoto entra em vigor – 2005; Política de Educação Ambiental do Distrito Federal – 2006 e a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / Rio + 10, no Rio de Janeiro, 2012.

3.2.1 Rio + 10 e Rio +20

Dez anos após a ECO-92, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a (Rio + 10), realizado em Joanesburgo, na África do Sul. O evento reuniu representantes de governos de mais de 150 países, grandes empresas, associações

setoriais, organizações não governamentais, milhares de pessoas, entre elas delegações e jornalistas do mundo inteiro, reuniram-se no final de agosto de 2002.

No encontro foram debatidas questões sobre fornecimento de água, saneamento básico, energia, saúde, agricultura e biodiversidade. Também foram cobrar atitudes com relação aos compromissos firmados durante a Eco-92, com o principal colocar em prática a Agenda.

As discussões na Rio+10 não se restringiram apenas à preservação do meio ambiente, englobou também aspectos sociais. Um dos pontos mais importantes da conferência foi à busca por medidas para reduzir em 50%, o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza (com menos de 1 dólar por dia) até 2015. Nos debates, os países se concentraram em áreas carentes com o intuito de implementar um plano de ação global que buscava conciliar desenvolvimento da sociedade e preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Infelizmente o resultado da Rio+20 não foi o esperado. Os impasses, principalmente entre os interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, acabaram por frustrar as expectativas para o desenvolvimento sustentável do planeta. Os países desenvolvidos não cancelaram as dívidas das nações mais pobres, bem como os países integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), juntamente com os Estados Unidos não assinaram o acordo que previa o uso de 10% de fontes energéticas renováveis (eólica, solar, etc.).

Um dos poucos resultados positivos foi referente ao abastecimento de água. Os países concordaram em reduzir pela metade, o número de pessoas que não têm acesso à água potável nem a saneamento básico até 2015.

No encerramento de sua participação em Joanesburgo, o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso enfatizou:

O Encontro Mundial não avançou no caminho do nosso sonho, mas em outra direção, para percebermos que cada país tem que fazer a sua parte. Se for esperar que os ricos venham fazer as coisas por nós, vamos esperar muito tempo e eles não farão nada. Nós é que temos que cuidar da nossa megadiversidade e fazer com que o nosso exemplo possa ser seguido. (CARDOSO, 2002).

Em junho de 2012, foi sediada na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como à

Rio+20. A Conferência contou com a participação de chefes de estados de 190 nações, ONGs, movimentos sociais, além de estudantes secundaristas e universitários. O evento teve com principal objetivo discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e trouxe também grande contribuição para fomentação, implantação e implementação das políticas da Educação Ambiental. A exemplo da Subcomissão Especial a Rio+20, ligada à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, que apresentou um documento com dez metas para o desenvolvimento sustentável na área de educação ambiental.

Metas definidas pela Subcomissão consistem em:

- Revisar periodicamente currículos para incorporar a interdisciplinaridade na rede de ensino formal;
- Incorporar a perspectiva local nas atividades de ensino formal e não formal;
- Capacitar os professores de todos os níveis de ensino e demais educadores em conhecimentos técnicos sobre funcionamento dos ecossistemas;
- Desenvolver metodologias específicas para comunidades indígenas e outras populações tradicionais, com especial atenção para a valorização e a proteção do conhecimento tradicional;
- Incorporar o uso de dados científicos nas atividades de ensino, que evidenciem as mudanças do clima, a crise de biodiversidade e outros impactos ambientais;
- Promover a educação para a cidadania voltada à proteção do meio ambiente, por meio do acesso a informações sobre normas, tecnologias, funcionamento de ecossistemas e noções de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- Reforçar o conceito de consumo consciente, alertando sobre a finitude dos recursos naturais;
- Diminuir a produção de resíduos sólidos, principalmente os resíduos eletroeletrônicos;
- O fomento à cultura da paz e o combate à intolerância;
- Acompanhar as iniciativas dos legisladores e gestores a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o documento, a educação ambiental deve permear todos os campos do conhecimento, pois a escola é um espaço privilegiado de reflexão e

formação de pensamento crítico. O texto elaborado pelo presidente da Subcomissão Especial, deputado Luiz Noé (PSB-RS) sugere que:

[...] as metas possam ser aplicadas em escala global nos programas de educação e capacitação ambiental e desenvolvidos no âmbito dos sistemas de ensino, das escolas formais e não formais, das redes públicas e particulares, dos órgãos públicos, da iniciativa privada, das organizações não governamentais e da sociedade civil. (METAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012).

3.3. MÍDIA, JORNALISMO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE

3.3.1 O Poder da Mídia

A mídia, também chamada de meios de comunicação de massa (imprensa, televisão, rádio, internet, cinema e etc.), influencia em vários aspectos da nossa vida: o modo de agir, de pensar e até no modo de se vestir. Ela cria as demandas, orienta os costumes e hábitos da sociedade. Também definir estilos, bordões e discussões sociais. A mídia dita regras, tendências e padrões, ou seja, ela é a principal formadora de opinião da sociedade. Como observa Guareschi:

[...] A mídia é o coração da sociedade da informação, sob cuja égide viveu. E a informação é o novo modo de desenvolvimento responsável pela produtividade do sistema capitalista nos dias de hoje. Quem detém a informação, de um modo geral, e dentro dela a mídia, detém o fator central de desenvolvimento [...]. (GUARESCHI, 2005, p. 38)

Já nos anos 70, Marques de Melo, sinalizava para o poder da mensagem transmitida pela mídia:

Os meios de comunicação social constituem paradoxalmente, meios de elite e de massas. Como instrumentos mecânicos e eletrônicos que difundem mensagens de acesso potencial a todos os indivíduos da sociedade, eles são meios que atingem as massas, atuando como intermediários entre elas e o mundo. No entanto, é preciso considerar que, embora atingindo a massa, os meios de comunicação são meios de elite. (MELO, 1971, p. 12)

Para Chomsky e Herman (2003), a mídia constitui num sistema para comunicar mensagens e símbolos à população em geral. Tais mensagens e

símbolos têm como função divertir, entreter, informar e principalmente incorporar às pessoas valores, credos e códigos de comportamento que as integram às estruturas institucionais da sociedade maior. As mídias de modo geral, imprimem uma rápida disseminação da informação e uma penetrabilidade eficaz da mensagem transmitida.

Com o domínio da informação, estes meios desenvolveram mecanismos e ferramentas capazes de difundir o conhecimento acerca das questões ambientais antes restrito a comunidades científicas, usando uma linguagem adequada à compreensão das massas. Sendo assim, a mídia, ou meios de comunicação de massa, desempenham um importante papel na formação da opinião pública em diferentes âmbitos, incluído temas como ecologia, biodiversidade e educação ambiental. Como afirma Fernandes (2001), os meios de comunicação são responsáveis pela ampla difusão de informações em relação à problemática ambiental, tornando-se um elemento essencial na construção de caminhos que apontam para soluções de conflitos, tornando-se importante para uma visão global do meio ambiente.

3.3.2 Jornalismo Ambiental

Entende-se por Jornalismo Ambiental a especialização da profissão jornalística nos fatos relativos ao meio ambiente, ecologia e a natureza em geral. De acordo com o Wilson da Costa Bueno, jornalista e professor da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP):

[...] o jornalismo ambiental anseia por um conceito, que extrapole o jornalismo científico tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões [...]). (BUENO, 2014).

No Jornalismo Ambiental existem pautas que em sua cobertura focam a natureza e fornecem informações, principalmente biológicas, sobre as relações no meio ambiente; e as que cobrem o ambientalismo, dão enfoque em sustentabilidade, políticas públicas, causas ecológicas, ONGs e, em geral, tratam da relação homem-

natureza. Diante desse contexto de ramificações, é importante distinguir Comunicação Ambiental e Jornalismo Ambiental. Segundo o professor Bueno:

Ainda que algumas coberturas jornalísticas adotem um caráter comercial, e sofra interferência do marketing, elas cumprem um papel importante na circulação de informações sobre meio ambiente, em suas diversas perspectivas ou temas (água, biotecnologia, energia, agroecologia, saneamento, etc), explica Bueno. O mesmo se aplica as agências de comunicação, os institutos, as associações e as ONGs que mantêm, com regularidade, seu sistema de produção de notícias (sites, jornais ou newsletters) favorecendo, amplamente, o processo de democratização de informações ambientais.

Segundo Bueno:

O jornalismo ambiental, neste novo conceito e nesta nova realidade que estão sendo plasmados agora, passa a incorporar uma visão inter e multidisciplinar, que extrapola os limites dos cadernos e das editorias, porque a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura de temas ambientais. O jornalismo ambiental anseia por um conceito, que extrapole o do jornalismo científico tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões), que não se confunda, em nenhuma hipótese com o jornalismo econômico (impregnado pelo canto de sereia do modelo agroexportador, da revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro) e que não se apoie no jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites. (BUENO, 2014).

No Brasil, as informações sobre o meio ambiente têm conquistado um papel de destaque, e existem muitos veículos dedicados unicamente ao tema, como o Jornal do Meio Ambiente, e os sites: o Envolverde, o EcoAgencia, a Revista Eco 21, o Ambiente Já, a Revista jornal Ecologico e a Revista National Geographic Brasil.

3.3.2.1 Jornalismo ambiental ganha força

A partir da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, as questões ambientais começaram a aparecer com maior frequência na imprensa internacional. Em meados dos anos 80, o buraco na camada

de ozônio, o aquecimento global, as questões que envolviam a Amazônia e a luta de Chico Mendes foram assuntos constantes em jornais brasileiros e estrangeiros. Mas foi com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro (ECO 92), em 1992, que as questões ambientais ganharam espaço nas pautas dos veículos de comunicação brasileiros. O encontro promoveu discussões em novas concepções sobre as formas de se conhecer as questões ambientais. Desde então os jornais, o rádio em especial a televisão, desempenham um papel crucial na formação da opinião pública no que tange à ecologia.

Com observa Ramos (1995, p. 39-40), enquanto em Estocolmo participaram cerca de mil jornalistas, para a Conferência do Rio foram cadastrados mais de 7 mil jornalistas profissionais de comunicação representando agências de notícias, redes de TV, jornais e revistas de todas as partes do mundo; um sofisticado aparato técnico foi montado para transmitir dados e imagens via satélite, possibilitando que as informações sobre a Conferência pudessem ser transmitidas simultaneamente para diversos países durante 24 horas.

Ainda segundo Ramos (1995, p.13) a evolução nos processos de comunicação, proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico, é um dos fatores responsáveis por uma nova etapa no relacionamento do homem com o meio ambiente. Para o autor, interligados pelas redes de comunicação:

o planeta saiu da esfera do conhecimento local e regional, saltando para uma dimensão global: interligado pelas redes de comunicação e com o auxílio dos satélites computadorizados, qualquer ponto da terra pode ser visualizado e pesquisado, em qualquer momento, obtendo-se informações praticamente simultâneas sobre os mais diversos acontecimentos que envolvem o homem, a sociedade e a natureza (RAMOS, 1995, p.13).

Os meios de comunicação de massa desempenham um papel importantíssimo na formação da opinião pública. Temos testemunhado no século XXI o poder de atuação das mídias, sobre tudo da televisão, nos diversos segmentos da sociedade, seja informando, divulgando, denunciando, conscientizando ou mobilizando pessoas em defesa de causas diversas. Em temas como preservação do meio ambiente, ecologia, sustentabilidade, fontes renováveis de energia, e demais assuntos relacionados, não é diferente.

3.3.2.2 Um breve histórico sobre jornalismo ambiental

Em 1968, acontecia em Paris, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para uso e Conservações Racionais dos Recursos da Biosfera, conhecido como a Conferência da Biosfera, fato que inspirou o surgimento da primeira entidade de jornalismo ambiental na França. Nesse mesmo ano era preso no Brasil – pela Operação Bandeirante – o jovem repórter Randau Marques, primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente.

Randau foi preso após ter noticiado em um jornal da cidade paulista de Franca (berço dos curtumes) reportagens sobre a contaminação de gráfcos e sapateiros com chumbo. Pioneiro no jornalismo ambiental ele já questionava a expressão “defensivos”, mostrando que os agrotóxicos eram responsáveis pela mortandade de peixes e pela intoxicação de agricultores. Posteriormente, Randau se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais no Jornal da Tarde.

Pelo diário do Grupo Estado, Randau cobriu na capital gaúcha a primeira polêmica ambiental envolvendo uma grande indústria. Tratava-se do fechamento da fábrica de celulose Borregaard, que polui toda a cidade, às margens do rio Guaíba. Do dia 6 de dezembro de 1973 até 14 de março de 1974, O assunto atraiu a atenção de jornalistas de outros estados e até do exterior.

Ainda que significativa a contribuição de Randau, a imagem que representou a época; foi à famosa foto do estudante universitário Carlos Dayrel sentado numa árvore - da espécie acácia-, tirada no dia 25 de fevereiro de 1975. Ele ficou horas em cima da árvore que seria cortada pela Prefeitura para a construção de um viaduto. O protesto dos ecologistas ganhou ampla cobertura da imprensa em meio à ditadura militar.

Dois encontros importantes relacionados ao jornalismo ambiental foram realizados no Brasil. Em agosto de 1989, foi realizado em São Paulo o Seminário “A Imprensa e o Planeta”, promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Nacional de Jornais. Três meses depois, aconteceu em Brasília o encontro mais importante para o jornalismo ambiental brasileiro, o “Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente” organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas. Participaram especialistas internacionais, como o francês François Terrason, especialista em planejamento ecológico e agricultura, a

norte-americana Diane Lowrie, da Global Tomorrow Coalition, a jornalista argentina Patrícia Nirimberk, da Fundação Vida Silvestre, o tcheco Igor Pirek, da Agência de Notícias CTK, o educador Pierre Weil, da Universidade Holística Internacional e especialistas brasileiros, como o repórter Randau Marques, o professor Paulo Nogueira Neto, o físico Luis Pinguelli Rosa, o agrônomo Sebastião Pinheiro e o jornalista Fernando Gabeira.

3.4 COMUNICAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por Educação Ambiental:

O processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política (MOUSINHO, 2003).

Nos últimos dez anos temos acompanhado no Brasil uma grande proliferação e abertura de novos espaços de comunicação para a Educação Ambiental, dentre os quais destacamos os programas de TV e documentários referentes ao tema. Estas produções exibidas por emissoras brasileiras acabam por sensibilizar a população em geral para as questões ecológicas, em especial os problemas da degradação ambiental. Para Figueiredo (2001, p. 197) o discurso veiculado por essa mesma mídia aliado à Educação Ambiental deve levar o público a reflexões, contribuindo dessa arte para a aquisição de conhecimentos e informações significativas para mudanças comportamentais.

Gadotti (1978, p. 14) *apud* Fadul (1979, p. 56) defende que:

[...] se amanhã uma educação revolucionária for possível é apenas porque, hoje, no interior da educação conservadora e reacionária, os elementos de uma nova educação, de uma outra educação libertadora, se formaram dentro de uma educação conservadora e reacionária. Essa mudança de um espaço dominado para um espaço dominante não se fará espontaneamente, nem de um momento para outro; por isso é necessária uma verdadeira pedagogia e conflito que evidencie as contradições, em vez

de camuflá-las, com paciência revolucionária, consciente de que historicamente é possível fazer, mas sem se omitir.

Cabe não apenas às empresas de comunicação dar a devida importância às mensagens que abordam a Educação Ambiental, mas também aos governantes estimular as investigações sobre as questões ecológicas novos caminhos que levem os indivíduos a criar uma consciência crítica diante da problemática ambiental.

3.4.1 Política Nacional de Comunicação Ambiental

A Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental surge em virtude da Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, tendo como objetivo “proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e semear conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade. (BRASIL/MEC, 1999).

A existência de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental é demandada desde a I Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2003, quando delegados presentes no evento encaminharam uma moção solicitando, ao Ministério do Meio Ambiente, que o se comprometesse a conduzir a tarefa. Mais foi em 2004, na 1ª Oficina de Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, o ponto de partida para muitas outras ações voltadas para a Educomunicação Socioambiental. No evento promovido pelo Departamento de Educação Ambiental DEA/MMA, as discussões e encaminhamentos apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação ambiental na perspectiva da Educomunicação.

As recomendações 1ª Oficina de Nacional de Comunicação e Educação Ambiental foram incorporados e transformados numa primeira versão de texto-base, lançado em junho de 2005. A publicação teve como missão:

[...] subsidiar propostas de políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Educação Ambiental e orientar práticas de comunicação no campo da Educação Ambiental, tendo como foco princípios de dialogismo e participação em toda ação comunicativa irradiada a partir deste campo. (MMA, 2008, p.4).

3.4.2 A Educomunicação Ambiental

A Educomunicação Ambiental é uma expressão nova que vem ganhando espaço no campo da Educação Ambiental, nos últimos anos.

Educomunicação é o processo de comunicação com intencionalidade educacional expressa e que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, ou na comunicação presencial. Educomunicação pode ser definida, também, nas práticas educativas que visam levar à apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação, por meio dos quais os participantes passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação. (TASSARA, 2008):

No Programa Nacional de Educação Ambiental define a Educomunicação está definido como:

Conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no “como” se gera os saberes e “o que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza. (MMA, 2008, p.10).

A Educomunicação ambiental deve ir além da transmissão de informação. Ela deve se construir no diálogo e na participação democrática.

Uma política de comunicação ambiental baseada nos princípios da democratização, promoção da autonomia e emancipação, se materializa quando há condições de inclusão ampla no direito à comunicação, que significa não só poder ter acesso à informação e aos bens culturais mediatizados ou não, mas também acesso à participação na criação e na gestão dos meios de comunicação. (MMA, 2008, p.9)

Sendo assim, cabe a Educomunicação Ambiental, aproximar a sociedade aos setores envolvidos com ações comunicativas e educativas sócio-ambientais, oferecendo serviços e um canal de comunicação e compartilhamento.

É preciso prover a popularização do uso dos meios a partir da experiência aprendiz e diálogo interativo constante entre estudantes, educadores, pesquisadores e comunicólogos, entre outros profissionais, estando esses atores identificados tanto no sistema formal de educação quanto nos processos educadores não formais e informais. (MMA, 2008, p. 9).

São Objetivos da Educomunicação para as políticas de meio ambiente:

Estimular e difundir a comunicação popular participativa no campo da Educação Ambiental brasileira, com o fim de fortalecer a ação educadora coletiva pela sustentabilidade; Contribuir para a elaboração e a implementação de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental. (MMA, 2008, p.7).

Para os comunicadores ambientais, a Educomunicação traz a exigência de um compromisso com processos de formação participativos e permanentes. É papel dos comunicólogos e das diversas mídias, sejam elas eletrônicas ou impressas, conscientizar e informa a população a respeito das questões ambientais.

3.4.3. Meios de Comunicação Influenciam em Atitudes Positivas para o Meio Ambiente

Segundo pesquisa efetuada pelo Ibope média, 2012, de forma geral, as atitudes positivas dos brasileiros para a preservação do meio ambiente estão relacionadas ao acesso aos meios de comunicação. Em pesquisa com o tema abordando as relações entre consumo, meio ambiente, reutilização e reciclagem de materiais, realizada nos principais centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília e interior de São Paulo e das regiões Sul e Sudeste, alcançando aproximadamente 69 milhões de pessoas de ambos os sexos, das classes AB, C e DE com idades entre 12 e 75 anos, os resultados mostraram que 4% dos brasileiros podem ser identificados como praticantes do conceito “3 Rs”, com atitudes de “redução, reutilização e reciclagem”. Este pequeno percentual, 4%, parece estar relacionada ao hábito de leitura em jornais e revistas ou ainda ao uso da internet que chega a 86%. Dentre os pesquisados, foi identificado que “mulheres e pessoas das classes A e B e com mais escolaridade apresentam maior preocupação com o meio ambiente” (MEIOS DE COMUNICAÇÃO..., 2012).

Os brasileiros que têm maior acesso aos meios de comunicação também são os que apresentam maior afinidade com atitudes positivas para a preservação do meio ambiente. É o que afirma pesquisa Target Group Index, do IBOPE Média, que

questionou os brasileiros quanto à redução do próprio consumo em benefício do meio ambiente e quanto à reutilização ou à reciclagem de materiais.

As entrevistas foram realizadas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília e nos interiores de São Paulo e das regiões Sul e Sudeste. Foram ouvidas 69 milhões de pessoas de ambos os sexos, das classes AB, C e DE com idades entre 12 e 75 anos.

A pesquisa comprovou ainda que nem todos que concordam com as atitudes favoráveis ao meio ambiente têm práticas sustentáveis. Dos brasileiros pesquisados, 86% concordam que reciclar é um dever de todos, mas apenas 26% declaram de fato reciclar sempre ou frequentemente.

Para analisar como se comporta a população brasileira, diante da questão da sustentabilidade, foram criados 4 segmentos:

- 3 Rs, frequentemente reduz, reutiliza e recicla.
- 2 Rs, das três atitudes, frequentemente praticam duas delas.
- 1 R, das três atitudes, frequentemente pratica apenas uma delas.
- Zero, não reduz, não reutiliza e tampouco recicla.

A Figura 1 ilustra o comportamento da população brasileira, diante da questão da sustentabilidade.

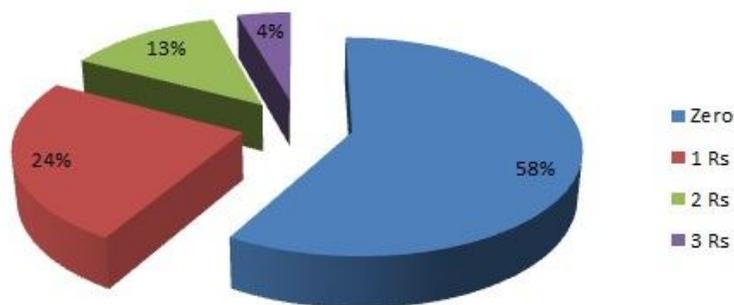


Figura 01: Gráfico Pesquisa Ibope Media, 2012. Como se Comporta a População Brasileira, Diante da Questão da Sustentabilidade.

Fonte: IBOPE, 2012.

Quanto mais alta a classe, mais o brasileiro tem práticas sustentáveis, sendo que no grupo 3Rs, 60% são da classe AB e no grupo Zero é de apenas 36%. Os que têm formação superior representam mais de um terço dos 3Rs, já no grupo Zero é de apenas 12%. Vejamos a Tabela 1.

Tabela 01: Pesquisa do IBOPE Média, 2012.

Perfil	Total	Zero	1 Rs	2 Rs	3 Rs
Total	100%	100%	100%	100%	100%
Masculino	48%	50%	44%	49%	39%
Feminino	52%	50%	56%	51%	61%
Brasil - AB	40%	36%	43%	46%	60%
Brasil - C	49%	51%	47%	44%	32%
Brasil - DE	12%	13%	10%	10%	8%
12 - 19 anos	17%	18%	17%	11%	11%
20 - 24 anos	11%	11%	11%	9%	9%
25 - 34 anos	22%	22%	21%	22%	19%
35 - 44 anos	18%	18%	18%	21%	16%
45 - 54 anos	16%	14%	17%	18%	24%
55 - 64 anos	11%	10%	11%	13%	13%
65 - 75 anos	6%	6%	6%	7%	9%
Superior completo*	15%	12%	15%	19%	34%
Ensino Médio (2º grau completo) **	36%	34%	40%	39%	38%
Ensino Fundamental (1º grau) completo***	17%	19%	17%	14%	6%
Sem estudos formais/ oficiais	1%	1%	1%	1%	2%

Fonte: Target Group Index, BrY13w1 (jul/2011 a fev/2012).

*Superior com duração de 4 anos ou mais (incompleto) ou Superior de curta duração ou Tecnólogo (completo) ou Superior de curta duração ou Tecnólogo (incompleto).

**Ensino Médio (2º grau) completo ou Médio - Colégio completo/2º grau completo).

***Ensino Fundamental (1º grau) completo: Médio - Colégio incompleto/2º grau incompleto ou Fundamental - Ginásio completo (5ª a 8ª série completa).

Além do perfil sócio demográfico diferente, estes grupos consomem os meios de comunicação também de formas distintas. A revista, a TV por assinatura, o jornal e a internet são os meios com maior afinidade para o grupo dos mais sustentáveis. O grupo 2Rs, tem mais afinidade com a revista e TV por assinatura, enquanto os outros grupos não apresentam afinidades com nenhum meio (Tabela 2).

Tabela 02: Pesquisa do IBOPE Média 2012. Meios Consumidos.

Meios consumidos nos últimos 7 dias	Elementos	Amostra total	Zero	1 Rs	2 Rs	3 Rs
Amostra total	% horz	100%	58%	24%	13%	4%
	Índice	100	100	100	100	100
TV Aberta	% horz	100%	58%	24%	13%	4%
	Índice	100	100	100	101	96
Rádio	% horz	100%	58%	24%	13%	5%
	Índice	100	99	100	101	105
Internet	% horz	100%	57%	24%	13%	5%
	Índice	100	98	100	104	122
Jornal	% horz	100%	56%	25%	13%	6%
	Índice	100	97	101	102	130
TV por Assinatura	% horz	100%	53%	27%	15%	6%
	Índice	100	90	110	115	132
Revista	% horz	100%	51%	26%	17%	6%
	Índice	100	87	108	130	14

Fonte: Target Group Index, BrY13w1 (jul/2011 a fev/2012).

Quanto maior é o engajamento do grupo com as práticas positivas para o meio ambiente, mais meios de comunicação são consumidos. Considerando TV aberta, TV por assinatura, rádio, jornal, revista e internet, os grupos mais sustentáveis tendem a consumir mais meios em uma semana que os menos sustentáveis. Conclui-se que os mais sustentáveis também são os que mais se informam através de mais fontes. É o que demonstra a Tabela 3.

Tabela 03: Pesquisa do IBOPE Média 2012. Quantidade de Meios Consumidos.

Quantidade de meios consumidos nos últimos 7 dias	Elementos	Amostra Total	Zero	1 R	2 Rs	3 Rs
Amostra total	% vert	100%	100%	100%	100%	100%
	Índice	100	100	100	100	100
Consumiu 1 de 6 meios	% vert	100%	100%	100%	100%	100%
	Índice	100	100	100	100	100
Consumiu 2 de 6 meios	% vert	93%	92%	94%	93%	96%
	Índice	100	99	101	101	104
Consumiu 3 de 6 meios	% vert	71%	69%	72%	74%	82%
	Índice	100	97	102	104	116
Consumiu 4 de 6 meios	% vert	47%	44%	49%	54%	64%
	Índice	100	92	104	115	137
Consumiu 5 de 6 meios	% vert	23%	20%	26%	30%	35%
	Índice	100	86	110	127	149
Consumiu 6 de 6 meios	% vert	7%	6%	8%	11%	15%
	Índice	100	78	105	153	208

Meios levantados: TV aberta, TV por assinatura, Rádio, Jornal, Revista e internet.

Fonte: Target Group Index, BrY13w1 (jul/2011 a fev/2012)

Considerando todos os dados levantados por este estudo, é importante observar as principais preferências de conteúdo para cada grupo. O jornalismo é relevante para os grupos, 2 Rs e 3 Rs. Já o grupo Zero tem maior afinidade com a teledramaturgia como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 04: Pesquisa do IBOPE Média 2012 - Preferência de Conteúdo.

Preferência de conteúdo	Total pop.	Zero	1 Rs	2 Rs	3 Rs
	100%	100%	100%	100%	100%
TV assiste frequentemente					
Noticiários Locais	77%	77%	75%	81%	83%
Noticiários Nacionais	76%	75%	76%	79%	82%
Telenovela Nacional	55%	56%	55%	52%	42%
Noticiários Internacionais	56%	53%	54%	65%	68%
Programas esportivos frequentemente	53%	53%	52%	55%	48%
Programas Humorísticos/ Comédia	50%	49%	51%	52%	40%
Jornal lê frequentemente					
Notícias locais	42%	40%	44%	44%	48%
Primeira página	39%	39%	38%	40%	46%
Notícias nacionais	32%	30%	33%	36%	39%
Esportes	26%	26%	26%	28%	30%
Notícias internacionais/ do mundo	21%	18%	22%	26%	31%
Radio ouve frequentemente					
Noticiários Locais	33%	33%	32%	37%	40%
Noticiários Nacionais	27%	26%	27%	32%	34%
Notícias de trânsito	25%	22%	27%	31%	35%
Notícias do tempo	24%	21%	25%	31%	30%
Notícias policiais	20%	18%	21%	24%	23%
Revista lê frequentemente					
Acontecimentos do Brasil	30%	26%	34%	36%	49%
Celebridades/ Gente/ Sociedade	24%	23%	26%	26%	24%
Acontecimentos de outros países	24%	20%	27%	32%	40%
Saúde/ Qualidade de vida	24%	19%	29%	32%	38%
Novelas/ Televisão	17%	16%	19%	19%	

Fonte: Target Group Index, BrY13w1 (jul/2011 a fev/2012).

Além do consumo dos meios de comunicação, também a atenção prestada à publicidade tem maior afinidade entre os mais engajados (Tabela 5).

Tabela 5 – Pesquisa do IBOPE Média 2012. Atenção Prestada na Publicidade.

Atenção prestada na publicidade de	elementos	Amostra total	Zero	1 Rs	2 Rs	3 Rs
Amostra total	% vert	100%	100%	100%	100%	100%
	Índice	100	100	100	100	100
Televisão	% vert	28%	26%	29%	33%	36%
	Índice	100	93	102	117	130
Em via pública	% vert	14%	11%	14%	21%	23%
	Índice	100	81	105	154	169
Rádio	% vert	14%	12%	15%	19%	17%
	Índice	100	88	106	134	125
Jornais	% vert	12%	9%	13%	18%	21%
	Índice	100	78	112	151	174
Internet	% vert	14%	12%	14%	17%	18%
	Índice	100	90	103	128	132
Revistas	% vert	11%	8%	13%	19%	20%
	Índice	100	72	116	169	183
Cinema	% vert	8%	6%	11%	12%	13%
	Índice	100	71	133	145	162

Fonte: Target Group Index, BrY13w1 (jul/2011 a fev/2012).

Ao olhar para estas informações que mostram uma pequena parcela de pessoas que reduzem, reutilizam e também reciclam, fica evidente que são os que estão mais munidos de informação e talvez por isso convertam em ação o seu conhecimento.

3.5 A TELEVISÃO BRASILEIRA E OS ECO-PROGRAMAS

3.5.1 O Papel da Televisão na Sociedade

Não é por um acaso que a mídia é tida como 4º poder, e a televisão é o principal disseminador deste termo. Desde programas de entretenimento até os mais informativos têm grande poder de persuasão e influenciam em nossas decisões. Para Kellner (2001) “a televisão exerce uma força enorme sobre os telespectadores [...] é capaz de aumentar a cotação da bolsa, eleger e derrubar governantes e mudar a opinião pública sobre os mais polêmicos assuntos”.

Até o final da II Guerra Mundial, o dono da situação era o rádio, mas a televisão se expandiu definitivamente na década de 50, com a multiplicação das vendas de aparelhos. De acordo com os dados do Censo 2010 divulgados em abril de 2012, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de domicílios que possuem televisões superou aqueles que possuem rádio. Há 12 anos, o rádio era o aparelho doméstico mais presente nas casas dos brasileiros. Ainda de acordo com dados do IBGE, em 2000, 87,9% dos domicílios tinham um aparelho de rádio em casa, contra 87,2% de televisores. Já pelo Censo de 2010, os aparelhos de TV estão presentes em 95,1% das residências, as e os rádios caíram para 81,4%. (IBGE, 2010.)

Vale aqui ressaltar também, a atuação dos veículos de comunicação em especial, da televisão, no processo de constituição da cultura midiática.

Cultura midiática tem a ver com determinada visão de mundo, com valores e comportamentos, com a absorção de padrões de gosto e de consumo, com a internalização de “imagens de felicidade” e promessas de realização para o ser humano, produzindo e disseminando no capitalismo avançado por intermédio dos conglomerados empresariais da comunicação e do entretenimento, e principalmente por meio da publicidade. (MOREIRA, 2003, p. 1208).

Kellner, estudioso dos efeitos e relações de poder da cultura midiática na sociedade contemporânea, relata que:

A expressão cultura da mídia também tem a vantagem de dizer que a nossa é uma cultura da mídia, que a mídia colonizou a cultura, que ela constitui o principal veículo de distribuição e disseminação da cultura, que os meios de comunicação de massa suplantaram os modos anteriores de cultura como o livro ou a palavra falada, que vivemos num mundo no qual a mídia domina o lazer e a cultura. Ela é, portanto, a forma dominante e o lugar da cultura nas sociedades contemporâneas. (KELLNER, 2001, p. 54)

A televisão, tida como elemento constituinte desse sistema midiático, tornou-se durante o século XX o principal meio de comunicação da sociedade. Tal afirmação decorre da amplitude do seu consumo, por estar acessível a diversas classes sociais do mundo e por ser um eficiente meio de divulgação de informação e ideologia.

Fischer defende a tese de que:

a TV, na condição de meio de comunicação social, ou de uma linguagem audiovisual específica ou ainda na condição de simples eletrodoméstico que manuseamos e cujas imagens cotidianamente consumimos, tem uma

participação decisiva na formação das pessoas – mais enfaticamente, na própria constituição do sujeito contemporâneo. Pode-se dizer que a TV, ou seja, todo esse complexo aparato cultural e econômico – de produção, veiculação e consumo de imagens e sons, informação, publicidade e divertimento, com uma linguagem própria – é parte integrante e fundamental de processos de produção e circulação de significados e sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo, de se relacionar com a vida. (FISCHER, 2001, p.15)

Dente deste contexto, Não a como negar a influência da TV. Presente na quase totalidade dos domicílios brasileiros esteja eles no ponto mais distante do mapa, a TV está presente informando, entretendo e distraindo as pessoas.

3.5.2 Um Breve Histórico da TV

A palavra televisão é a junção de duas palavras: tele, que vem do grego e quer dizer distante e visio que vem do latim e designa visão. A televisão tradicional (analógica) consiste num sistema eletrônico de reprodução de imagens e som à distância por meio das ondas eletromagnéticas.

A invenção da televisão contou com o trabalho de vários pesquisadores ao longo de anos, até estar pronta para transmitir seus sinais aos telespectadores. O trabalho de pesquisa dos cientistas, físicos e matemáticos começou a funcionar em 1892, quando os físicos Július Elster e Habs Getiel inventaram uma célula fotoelétrica e em 1906 Arbowe Nelt desenvolveu um sistema de televisão através de raios catódicos – que são radiações onde os elétrons emergem do pólo negativo de um eletrodo, chamado cátodo, e se propagam na forma de um feixe de partículas negativas ou feixe de elétrons acelerados –.

Contudo, a maioria dos relatos, afirmam que, as primeiras transmissões experimentais foram feitas em meados da década 20, quando o britânico John Logie Baird realizou as verdadeiras transmissões. Seus estudos foram exibidos à comunidade científica em Londres no Royal Institution e o cientista foi de imediato contratado pela BBC (British Broadcasting Corporation / Corporação Britânica de Transmissão).

Em 1923 Vladimir Zworykin registra a patente do tubo iconoscópico para câmaras de televisão, o que tornou possível a televisão eletrônica. O primeiro

sistema semi-mecânico de televisão analógica foi demonstrado em fevereiro de 1924 em Londres, e, posteriormente, imagens em movimento em 3 de outubro de 1925. Um sistema eletrônico completo foi demonstrado por John Logie Baird e Philo Taylor Farnsworth em 1927. O primeiro serviço analógico foi a WGY em Shenectaday, Nova Iorque, inaugurado em 11 de maio de 1928. O primeiro serviço de alta definição apareceu na Alemanha, em março de 1935, mas estava disponível apenas em 22 salas públicas.

As grandes transmissões começaram a partir dos jogos olímpicos de Berlim em 1936, e depois da Segunda Grande Guerra, devido ao grande avanço tecnológico, o uso da televisão cresceu enormemente em todo o mundo e conquistou adeptos em todas as classes sociais em busca de informações dos mais distantes lugares. De acordo com o historiador Fontes (2000, p. 131) [...] “Na terra, 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, reunidas diante dos vídeos, segundo cálculos da NASA, ficaram fascinadas pelo duplo milagre da descida e da transmissão das imagens [...] na lua.”

A televisão em cores surgiu em 1954, na rede norte-americana NBC. Em 1960 a japonesa SONY introduziu no mercado os receptores de televisão com transistores e em 1962, o satélite Telstar transmite sinais de televisão através do Oceano Atlântico.

3.5.3 A Origem da Transmissão da Televisão no Brasil

Na década de 50, milhares de pessoas já tinham acesso à TV nos EUA, Europa e Ásia e, e foi neste período também que ela chega ao Brasil com a ajuda do empresário Assis Chateaubriand.

A Televisão no Brasil teve sua pré-estréia em 3 de abril 1950, em São Paulo, no saguão dos Diários Associados, foram instalados onde alguns aparelhos de TV que transmitiram a apresentação do cantor Frei José Mojica, do México. Em julho deste mesmo ano aconteceu a transmissão de um show, o vídeo Educativo, no auditório da Faculdade de Medicina de São Paulo.

O jornalista Assis Chateaubriand, proprietário da empresa de comunicação “Diários Associados” que abrangia jornais e emissoras de rádio, inaugurada

oficialmente no dia 18 de setembro de 1950, em São Paulo, a TV Tupi. Chateaubriand importou duzentos aparelhos e distribuiu pela cidade, uma maneira de atrair o interesse do público, cuja grande maioria ainda não possuía aparelhos em casa. Diferente da televisão norte-americana, que se desenvolveu apoiando-se forte indústria cinematográfica, a brasileira teve de se submeter à influência do rádio, utilizando inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas.

Em 1952 foi inaugurada a TV Paulista, pertencente às Organizações Victor Costa, no ano seguinte a TV Record inicia suas transmissões, TV Rio passa a transmitir imagens no mês de julho de 1955 pelo canal 13. Surge em 1960 A TV Excelsior que viria revolucionar os padrões então existentes. A emissora introduziu uma filosofia de programação visando a a industrialização de seus produtos televisivos. Neste ano também é inaugurada a TV Cultura pelos Diários Associados.

As primeiras transmissões de televisão via satélite no Brasil ocorreram em 1965. Nesse mesmo ano, em 26 de abril, entrava no ar a TV Globo do Rio de Janeiro, que mais tarde formaria a Rede Globo. Em 1967, a TV Bandeirantes de São Paulo começava as suas transmissões.

O uso da televisão para transmitir conteúdo educacional começou no final da década de 60 e início dos anos 70. No final dos anos 70 a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta lançam, em rede nacional, o Telecurso 2º grau, deixando pra trás os cursos por correspondência. A partir daí a Mídia em questão, aparecia no universo educacional. Em 1982 foi instituído a Sistema de Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), ligado ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério das Comunicações. Emissoras educativas, algumas ligadas as grandes redes de televisão, surgiram como TV Cultura, a SESC TV, o Canal Futura, ligado a Rede Globo, A TV escola, voltada ao público docente, Paraná Educativa, TV Câmara e Senado, dentre outras.

No final dos anos 90, os telespectadores brasileiros experimentavam a autonomia dos canais a cabo. Em 1997 foi criada a agencia Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para regularizar e fiscalizar o setor de telecomunicações no Brasil. No final de 2007 começaram as transmissões da TVD (televisão digital).

3.5.4 Os Eco Programas da TV Brasileira

Um fenômeno perceptível na grade das emissoras brasileiras é a crescente presença de programas que falam sobre o meio ambiente. Como dito anteriormente foi por meio destes programas que informações relacionadas à ecologia e questões ambientais, democratizando o acesso a essas informações e favorecendo a reflexão sobre o tema. Atualmente em canais abertos e fechados existe uma variedade de programas televisivos com temáticas ambientais.

O meio ambiente já foi apontado como uma das principais mega-tendências para essa década e a virada do século. O tema passará a integrar cada vez mais o cotidiano da humanidade e os formadores de opinião, que atuando como agentes de informação e até de educação devem tomar consciência da grande responsabilidade sobre seus ombros (VIÁ, 1993).

O primeiro programa televisivo sobre meio ambiente em série no Brasil foi o Baleia Verde. O programa destinado ao público infantil foi ao ar em 1989, durando um ano apenas. Na década de 90, com o advento da ECO 92, os veículos de comunicação passaram a produzir programas específicos para o tema ecologia. Assuntos como biodiversidade e ecossistema se popularizaram, dando início aos programas de TV, Repórter Eco, da TV Cultura; Globo Ecologia, da TV Globo, que estão no ar até hoje.

A seguir, será apresentado um breve histórico dos programas Globo Rural Repórter Eco, Planeta Terra - todos especializados em assuntos ambientais-. Tais informações foram retiradas do site das emissoras. Estes constituem em programas de informação, nos quais os telespectadores esperam a abordagem de fatos da realidade e não de ficção como em programa de entretenimento.

Para escolha dos programas, foi utilizado como referência o guia dos eco programas da televisão brasileira. O Paulista900 pesquisou os principais programas sobre o meio ambiente das televisões abertas e fechadas, 50 pessoas foram entrevistadas. Os escolhidos foram os mais assistidos e conhecidos pelos brasileiros. Todos transmitidos pelos canais abertos da televisão brasileira. Resultado divulgado em novembro de 2011 (Figura 2).

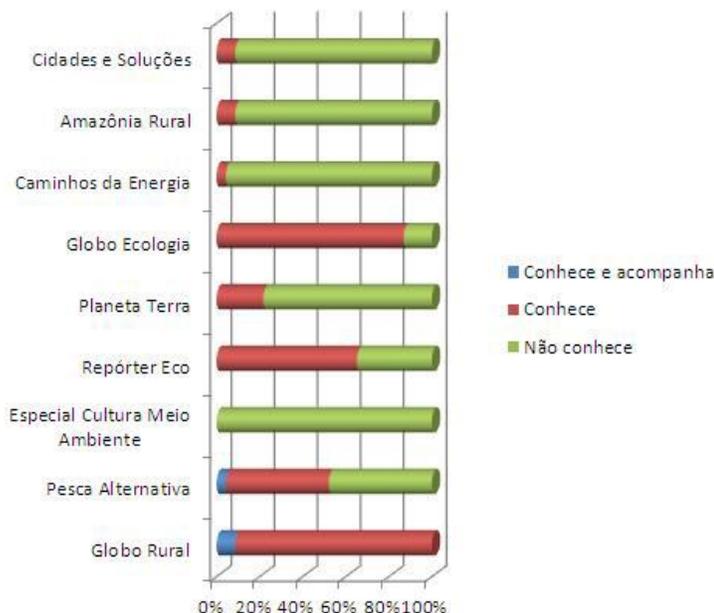


Figura 2 – Gráfico da Pesquisa Paulista 900 sobre os Principais Programas sobre o Meio Ambiente das Televisões Abertas e Fechadas.
Fonte: Paulista900.com.br, 2014.

Segundo Bueno, estes programas atendem a duas funções básicas do jornalismo ambiental a informativa e a pedagógica, conforme citadas por Bueno (2008, p.109). A primeira desta função está vinculada ao trabalho jornalístico, atendendo a necessidade do telespectador de estar atualizado sobre os principais temas referente às questões ambientais; a pedagógica esclarece as causas, apontando aos caminhos e soluções para o problema, por meio da difusão de informações, conhecimentos e vivencias que subsidiem o cidadão para o questionamento e debates ambientais.

3.5.4.1 Globo ecologia

O Globo Ecologia é um programa produzido da Rede Globo de Televisão, voltado para Educação Ambiental e consciência ecológica. O programa mostra a importância do meio ambiente e da preservação do patrimônio natural. Vale ressaltar

que ele é um dos programas que integram a grade Globo Cidadania, exibida nas manhãs de sábado, também exibido na TV Futura.

O programa estreou em 1990, como uma série de 10 edições, apresentadas. No início, o formato era o de uma revista eletrônica, com duração de 20 minutos, divididos em dois blocos. O primeiro tinha três quadros fixos: Dica, com soluções ecologicamente corretas para realizar tarefas simples do cotidiano; Verde Clipe, que exibia vídeos ecológicos enviados por cinegrafistas profissionais ou amadores; e Deu Certo, que revelava exemplos de iniciativas bem-sucedidas para a preservação do meio ambiente.

O segundo bloco era ocupado por uma ou duas reportagens. O Globo Ecologia foi um dos primeiros programas a mostrar o trabalho de organizações não governamentais como o projeto Tamar, que protege as tartarugas-marinhas, e o projeto Peixe-Boi, que trabalha pela preservação dessa espécie.

Entre 1995 e 1997, o Globo Ecologia passou por uma série de mudanças. O programa mesclou jornalismo e ficção, com quadros como Profissões e Educação Fundamental, que usavam elementos didáticos e uma linguagem educativa para tratar de questões ambientais. Em 1996, a fórmula ganhou o reforço do humor e da linguagem de cinema mudo, com o quadro *Irmãos Brothers*. Já no quadro *Com a Palavra*, autoridades ligadas ao ambientalismo davam depoimentos ao programa.

Em 1998, o Globo Ecologia passou por uma reformulação mais radical. As reportagens tinham uma abordagem aventureira, com a participação dos apresentadores nas locações, atuando junto com os repórteres do programa.

A partir do dia 3 de setembro de 2011, o Globo Ecologia passou a fazer parte do Globo Cidadania, atração que reúne os cinco programas de responsabilidade social da Globo. O primeiro Globo Ecologia da nova fase mostrou as perspectivas para o futuro das florestas, com a opinião de pesquisadores, especialistas em clima, representantes do governo e economistas sobre o assunto.

Em novembro de 2012, o programa ganhou seu primeiro aplicativo, disponível para o sistema IOs, com um quiz de perguntas e respostas sobre ecologia e sustentabilidade (Figura 3).

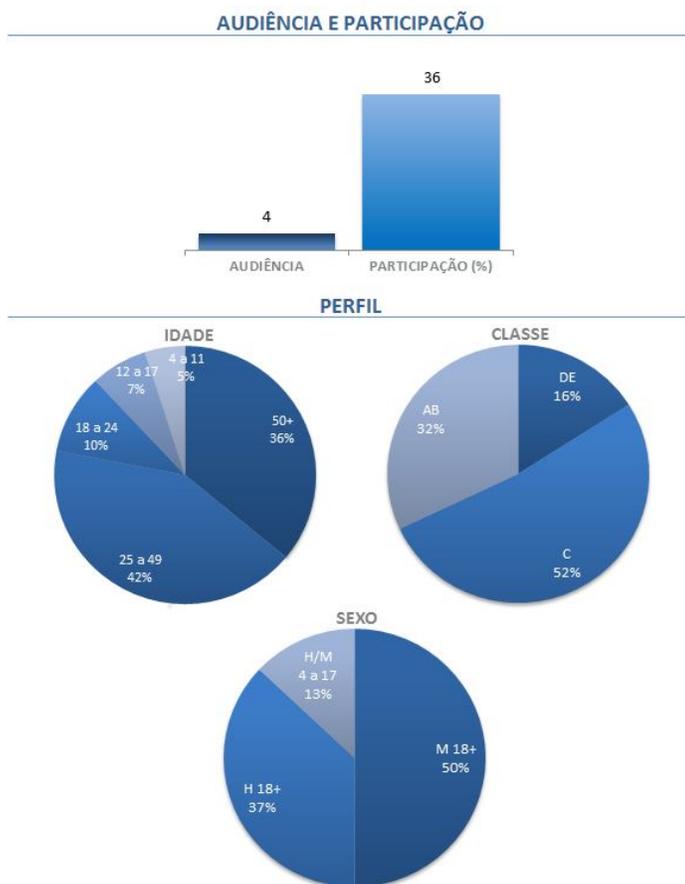


Figura 3 – Dados de Mídia– PNT - Globo Ecologia.

Fonte: IBOPE: Média Workstation - Dezembro/2013 - Total de Ligados Especial.

3.5.4.2. Programa globo rural

O Programa Globo Rural, exibido TV Globo, é um programa de gênero jornalístico, com notícias sobre a vida no campo, agrobusiness, empreendimentos rurais, criação de animais e agricultura. Primeiro do gênero no Brasil, o Globo Rural foi criado em 1980, inicialmente exibido apenas aos domingos. O sucesso do programa redeu a sua exibição diária que foi ao ar em outubro de 2000.

O Globo Rural diário é exibido pela emissora às seis da manhã, de segunda a sexta-feira, com 30 minutos de duração. A edição diária tem a missão de levar ao telespectador as primeiras informações do campo, juntamente com as cotações dos

produtos agrícolas e a previsão do tempo para o dia em questão e para a próxima semana. A programação ainda inclui o modo de fazer de diversas receitas da área rural.

A programação dominical é exibida às oito da manhã, com 60 minutos de duração. O programa recebe cartas de seus telespectadores, que pedem informações sobre o campo, formas de plantação, formas de alimentação etc.

As Figuras 4 e 5 ilustram dados de mídia, audiência e participação, perfil e afinidade do programa globo rural diário e dominical.

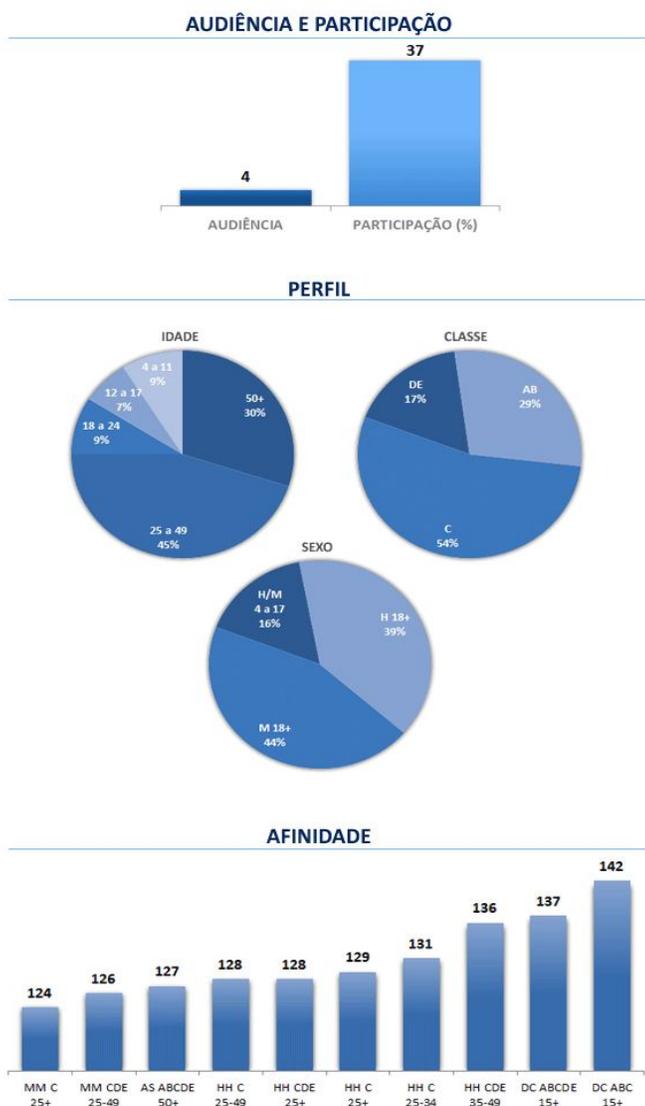


Figura 4 – Dados de Mídia– PNT – Globo Rural Diário.

Fonte: IBOPE: Média Workstation - Nov/2010 - Total de Ligados Especial.

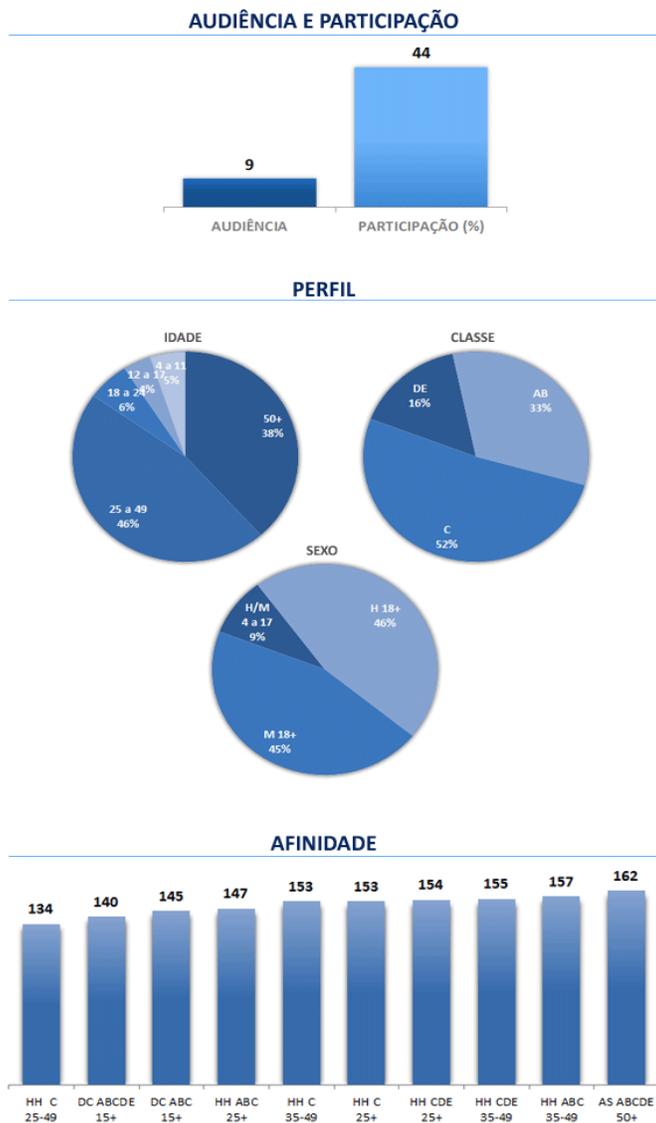


Figura 5 – Dados de Mídia– PNT - Globo Rural Dominical.
Fonte: IBOPE: Média Workstation - Nov/2010 - Total de Ligados Especial.

3.5.4.3 Repórter eco

O Repórter Eco é um programa, especializado em meio ambiente, produzido e exibido pela TV Cultura, aos domingos. Aborda de forma aprofundada pesquisas para o desenvolvimento sustentável e conservação dos biomas brasileiros, proteção da rica diversidade biológica e cultural do país. Além disso, aborda temas como: o

futuro os recursos hídricos, estudos de controle da poluição do ar, solo, terra e água, ecologia urbana, fontes de energia alternativas e renováveis, astronomia, antropologia, arqueologia, arquitetura ecológica, redução, reuso e reciclagem de resíduos sólidos, comércio justo, patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, e ecoturismo. Também são produzidos programas temáticos a partir de viagens nacionais e internacionais. O Repórter Eco mantém um quadro específico de reportagens sobre a biodiversidade brasileira.

O Programa foi criado em fevereiro de 1992 como o primeiro telejornal da televisão brasileira especializado em meio ambiente. O objetivo era antecipar e aprofundar os assuntos que seriam abordados na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Em setembro de 92, o Repórter Eco ganhou espaço e foi transformado pela equipe de criação em um programa de meio ambiente, com informações do Brasil e do mundo, reconhecido por cientistas, ONGs ambientalistas, estudantes e pelo público em geral.

O programa se especializou na divulgação dos projetos, ações e pesquisas nacionais ou mundiais, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, de prestar um serviço público e ainda de informar sobre os principais temas ambientais da atualidade.

3.5.4.4 Planeta terra

Em documentários produzidos por renomadas emissoras estrangeiras como a BBC e NHK e produtoras da Holanda, Suécia, Dinamarca e Inglaterra, o Planeta Terra fala sobre as curiosidades e mistérios do meio ambiente e das civilizações. No Brasil, o programa é transmitido em canal aberto pela emissora Cultura.

A cada avanço dos efeitos da civilização e “evolução do homem” sobre o meio ambiente, torna-se evidente a necessidade de alertar o mundo sobre as consequências de tal devastação sobre suas próprias vidas. Planeta Terra é o sinal de alerta da TV Cultura de que a natureza precisa ser respeitada e preservada.

O programa é transmitido aos domingos, das 18h às 19h.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPORTÂNCIA DOS “ECOPROGRAMAS” NO PROCESSO DE FOMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação consiste no processo de ensinar e aprender. Este processo não se restringe apenas nas instituições educacionais tradicionais. A escola, por exemplo, não é o único lugar onde a educação ocorre e nem o professor é seu único agente. A Educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Ela é exercida nos diversos espaços de convívio social.

Na Educação Ambiental não é diferente. Está por sua vez, tem sido uma ferramenta utilizada nas construções de novos valores, na aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades para a conquista de um ambiente ecologicamente equilibrado.

A mídia sobre tudo a televisão, tem grande responsabilidade na disseminação dos saberes da ecologia e meio ambiente para as massas. Isso se traduz pelo fato de que a TV tem uma função fundamental na conscientização das pessoas na medida em que se constitui num veículo massivo com grande prestígio nos segmentos com menor grau de escolaridade. Em Países como o Brasil, onde há grandes desigualdades sociais e que é grande o número de cidadãos que, por serem analfabetos, não têm acesso a livros, jornais e revistas, a televisão vem a ser o principal veículo de transmissão das informações dessa população.

Observa-se que no século XXI, “os meios de comunicação imprimem velocidade, ubiquidade e penetrabilidade à mensagem tornando-a poderosa em escalas e níveis jamais alcançados” (FERNANDES, 2001, p. 01). Partindo desse contexto, é possível afirmar que o domínio da informação está diretamente ligado ao poder de interferir e reorientar as relações humanas e da sociedade com a natureza. Nesse sentido a influência dos meios leva a humanidade a tomar conhecimento dos problemas ambientais e a procurar discutir os seus modelos de desenvolvimento e de atuação no meio ambiente.

Daí a importância dos Eco Programas brasileiros no processo de fomentação da Educação Ambiental. Não há dúvidas de que estas produções tem sido agentes deste seguimento da educação. Neste contexto, a mídia, em sobre tudo a televisão, é responsável pelo aumento de conscientização da população

acerca dos problemas ambientais, somado ao esforço das ONGs ambientalistas e órgãos governamentais.

A televisão tem um papel importantíssimo na sociedade atual, sendo o meio de comunicação de maior impacto junto à opinião pública. Sendo assim, muitos dos discursos veiculados por estes programas, leva o público a reflexões, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e informações significativas para mudanças comportamentais. O Globo Ecologia, por exemplo, exibiu no dia 27/04/2014, investiga como a falta de preservação e manejo incorreto das nascentes tem levado a escassez hídrica e ameaçado os principais reservatórios do país. Já no programa do dia 15/02/2014 o tema foi sobre fontes de energia. A matéria mostrou ao público a forte presença das usinas hidrelétricas que responde por mais de 70% da geração de eletricidade no país, estão sendo complementada por novas fontes de energia renováveis como a eólica, a solar, a biomassa entre outros.

O Globo Rural, de 17/02/2013, mostrou o exemplo dos ribeirinhos que transformam os óleos e essências extraídas de árvores da Amazônia de maneira sustentável -. Esse tipo de extrativismo envolve número cada vez maior de espécie com potencial econômico gerando negócios e renda para as comunidades da região e para empresas do setor de perfumes e cosmético, tudo feito sem destruir a floresta.

Temas sócio-educativos de caráter ambiental também ganham espaços nos eco-programas. O Repórter Eco de 01/09/2013 exibiu matéria sobre alunos de várias escolas públicas do Brasil que aprendem a fazer instrumentos musicais com material reciclável. Latas de alumínio, garrafa pet, cabo de vassoura e tampinha de garrafas viram violinos, flautas e contrabaixo. O projeto foi idealizado pelo Luther e arte-educador Fernando Sardo.

Diante destes exemplos, pode-se afirmar que aos meios de comunicação estimular as investigações sobre as questões ecológicas, levando os indivíduos a criar uma consciência crítica diante da problemática ambiental. Como afirma Viá:

O meio ambiente já foi apontado como uma das principais mega-tendências para essa década e a virada do século. O tema passará a integrar cada vez mais o cotidiano da humanidade e os formadores de opinião, que atuando como agentes de informação e até de educação devem tomar consciência da grande responsabilidade sobre seus ombros. (VIÁ, 1993).

Para muitos pesquisadores da mídia, os meios de comunicação são a principal fonte de notícias para grande parcela da população, essa forma de atuar

tem repercussões no processo da formação da opinião sobre as questões ambientais. Contudo, mais do que provocar alarde com notícias de catástrofes ambientais, faz-se necessário uma comunicação que não apenas apresente soluções e informações condizentes com uma linguagem acessível ao seu público. É importante uma comunicação que estimula o engajamento dos diversos setores da sociedade na questão da sustentabilidade. Uma comunicação que destaque bons exemplos, aplicáveis pelo cidadão e até mesmo pela comunidade empresarial, denuncie as práticas que contrariam o desenvolvimento sustentável e estimule o cidadão a denunciar e a reivindicar providências para garantir sua qualidade de vida. Enfim, uma comunicação de prevenção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://portalmeec.com.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso Jan/2014.

Dados de Mídia – PNT. **Perfil do Globo Ecologia.** Disponível em: http://comercial.redeglobo.com.br/programacao_educativo/globoecologia_dados.ph. Acesso Nov/2013.

Dados de Mídia – PNT. **Perfil do Globo Rural.** Disponível em: http://comercial.redeglobo.com.br/programacao_rural/globorural_dados.php. Acesso: Acesso Nov/2013.

BUENO, W. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: Teoria da Pesquisa.** São Paulo: Majoara editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática.** 2008. Disponível em: <http://www.jornalismoambiental.com.br/jornalismoambiental/artigos/jornalismo_ambiental/artigo1.php>. Acesso Fev/2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.** África do Sul, 2002. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_24_6e.pdf. Acesso Fev/2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo, Cortez, 2004.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia.** São Paulo: Futura, 2003.

CZAPSKI S. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil.** Brasília: Ministério de Educação (MEC), 1998. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24736. Acesso Nov/2014.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas.** São Paulo: Gaia Editora, 1992.

DIAS, G. F. **A situação da Educação Ambiental no Brasil é fractal**. In: Brasil. Panorâmica Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

FADUL, A. **A Ação Pedagógica na Escola de Comunicação** (Notas para uma reflexão). In Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação. São Paulo: Cortez e Moraes: INTERCOM, 1979.

FERNANDES, F. A. M. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente**. Revista Ciências Humanas, Taubaté -SP, v. 7, n. 8, 2001.

FIGUEIREDO, R. S. **A interface com a Educação Ambiental**. In: BRUM, Eron; FARIAS, Regina (Org.). A mídia do Pantanal. Campo Grande: UNIDERP, 2001.

FISCHER, R. M. B. **Televisão & Educação: fruir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FONTES, Martins. **Homem - lua**. São Paulo: Ática, 2000.

GUARESCHI, P. A. **Mídia educação e cidadania: Tudo o que você deve saber sobre a mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 8. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007.

IBOPE, pesquisa Target Group Index. **Apenas 26% dos brasileiros reciclam frequentemente**. Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.ibope.com/pt-br/conhecimento/artigospapers/Paginas/Meios-de-comunicacao-influenciam-em%20atitudes-positivas-para-o-meio-ambiente.aspx>>. Acesso em Ago/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2011. CENSO 2010: **Sinopse do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_pdf.shtmulo:2004>. Acesso em Fev/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE/2004**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/comentarios2004.pdf >

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO INFLUENCIAM EM ATITUDES POSITIVAS PARA O MEIO AMBIENTE. 2012. **Meio ambiente.** Disponível em: <www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/artigospapers/paginas/meios-de-comunicacao-influenciam-em%20atitudes-positivas-para-o-meio-ambiente.aspx>. Acesso em fev/2014.

MELO, J. Marques de. **Comunicação, Opinião, Desenvolvimento.** Petrópolis, Vozes, 1971.

METAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Comissão de Educação e cultura. Subcomissão da + Rio, 2012.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/420456-METAS-DASUBCOMISSAO-RIO+20-SOBRE-EDUCACAO-AMBIENTAL.htm>>. Acesso marc/14.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional.** 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em jan/2014.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação.** Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf>. Acesso em Fev/2014.

MOREIRA, A. S. **Cultura Midiática e Educação Infantil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 85, 2003.

MOUSINHO, P. Glossário. In: Trigueiro, A. (Coord.) **Meio ambiente no século 21.** Rio de Janeiro: Sextante. 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em fev/2014.

PAULISTA900. **O Guia dos Eco-Programas da Televisão Brasileira.** Disponível em: <<http://www.paulista900.com.br/?p=6518>>. Acesso em marc/2014.

PCNs - PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Meio Ambiente e Saúde**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: 1997, 128p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>>. Acesso em nov/2014.

PORTAL MEC. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em Fev/2014.

ProNEA - PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Brasília: MMA, 2005, 3 edição. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em Fev/2014.

RAMOS, F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1995.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA, 2004. 23p.

TASSARA, E. **Dicionário Socioambiental: idéias, definições e conceitos**. São Paulo: FAART, 2008.

UNESCO-UNEP. **International strategy for action in the field of environmental education and training for the 1990s**. Paris: UNESCO e Nairobi. 1987.

VIÁ, S C. **Formação de recursos humanos: a comunicação nas questões ambientais - propostas de ensino e pesquisa**. In Comunicação e Sociedade - Ecologia. Ano XI, nº 19, Março de 1993. Disponível em: <www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/.../artigo>. Acesso em Fev/2014.